



# METROVIÁRIOS

DO BRASIL

Publicação da Federação Nacional dos Metroviários - Fenametro - ano 3 - nº 19 - abril de 2007

## Plenária dos Metroviários examina conjuntura difícil



Plenário durante o debate de conjuntura

A 2ª Plenária Nacional dos Metroviários, realizada nos dias 30, 31 de março e 1º de abril no Hotel Aldeia do Vale, em Jacareí (SP), debateu uma pauta diversificada. As resoluções publicadas nesta edição, mostram que a categoria luta por seus interesses específicos com olhos postos na realidade nacional e internacional. Ao deliberar sobre a pauta, as delegadas e os delegados passaram em exame desde o

movimento do capital especulativo até a organização sindical nos locais de trabalho.

Este leque prova que a categoria tem consciência de que nossos problemas específicos são diretamente influenciados pelos destinos da economia mundial. As resoluções mostram que aumentou dramaticamente o fosso entre ricos e pobres no mundo. É uma decorrência dos tentáculos da máquina financeira

que estão mais fincados nos países pobres, onde as camadas trabalhadoras não fazem outra coisa senão produzir para o consumo da casta que comanda a farra especulativa mundial.

Ao descer os patamares da conjuntura, os metroviários constataram que o Brasil, mesmo sob o governo Lula, sofre as consequências da opção por não enfrentar essa grave situação. O país conti-



Mesa da plenária final

nua sendo sugado pela política de alta taxa de juros iniciada pela “era FHC” e não dá sinais de que tão cedo se libertará deste mal se não houver a mais ampla mobilização social em defesa do desenvolvimento econômico com valorização do trabalho.

Nas questões específicas da categoria, o diagnóstico revelou um quadro dramático, com ameaças de todo tipo. Constatado isso, a Plenária decidiu que os metroviários precisam reforçar a sua organização para dar resposta às demandas criadas por esse terrível cenário mundial. Foi, em poucas palavras, um evento que, com muita unidade, elevou a consciência dos ativistas da categoria com o objetivo de prepará-la para as grandes batalhas que se aproximam.

**Primeira grande greve no metrô-DF**  
Página 2

**Resoluções da 2ª Plenária**  
Páginas 3, 4, 5 e 6

**Cariocas na luta contra demissão**  
Página 7

**Contra a Emenda 3, SP pára 2h**  
Página 8

# UNIDADE: PALAVRA SAGRADA PARA OS METROVIÁRIOS

**S**e há um aspecto a ser ressaltado, acima de todos os outros, na recente 2ª Plenária Nacional dos Metroviários este é a manifestação de amadurecimento da categoria em âmbito nacional. A unidade imperou nos debates e nas propostas, bem como na avaliação positiva e sem reparos do balanço da Fenametro desde o 2º Congresso. Os delegados participaram do evento com o entendimento de que o Brasil, hoje, mais do que nunca, precisa desenvolver estudos de primeira, argumentos sólidos e linhas de raciocínio claras para enfrentar as poderosas forças do conservadorismo. A mensagem, exposta nas resoluções, é clara: isolar e combater os inimigos dos trabalhadores são ações que requerem arte e engenhosidade em cada lance da luta de classes.

Numa formulação: a Fenametro sai da sua 2ª Plenária Nacional com mais fibra, com mais força muscular e com mais instrumentos para interferir na vida econômica e política do país. As organizações sindicais, como um dos principais agentes da dinâmica democrática nacional, têm a obrigação de formular novas ações, operar com habilidade o binômio unidade e luta e estender o conceito de democracia para a batalha que visa eliminar o fosso que separa a vida política do país da vida real da imensa maioria do povo. A disputa pela hegemonia política deve ter como meta principal o rompimento da linha entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos. E o metroviário que ler atenta-

mente as resoluções verá que essas idéias estão presentes em cada linha.

O que está dito ali, em outras palavras, é que o capital, na precisa formulação do líder revolucionário Vladimir Lênin, aplica dois métodos fundamentais na luta política pela conservação de seu domínio sobre o trabalho — substituindo um pelo outro conforme as condições existentes ou utilizando-os simultaneamente em diversas combinações. Um deles é a violência aberta, a privação de direitos políticos para os trabalhadores. O outro é o liberalismo. Proclama-se a “cooperação” entre capital e trabalho, a “liberdade geral”, a “igualdade de oportunidades” e a idéia de um “capitalismo popular”. Se na época do líder bolchevique era assim, hoje em dia esse segundo método é mais explícito.

Hoje, os conceitos de liberdade e autonomia sindical são alinhados automaticamente ao liberalismo pelo capital. Tenta-se vender a idéia de que a relação entre capital e trabalho nunca se aproximou tanto de um patamar pacífico. Enquanto isso, em nome de um suposto “custo Brasil” elevado a palavra de ordem do capital é a redução de direitos. Para entender as regras do jogo, é preciso ver na outra margem das relações trabalhistas o capital e sua história. São duas agendas em conflito. De um lado, a necessidade de um novo contrato, no qual o trabalho seja beneficiado com mais direitos; de outro, o *status quo* disposto a avançar sobre o que conquistamos e continuar remoldando o Estado segundo seus interesses. Eis a essência do resultado da 2ª Plenária Nacional dos Metroviários — tanto no debate das questões gerais quanto das questões específicas.

## FIQUE POR DENTRO

### METROVIÁRIOS DO DF REALIZAM SUA PRIMEIRA GRANDE GREVE

A campanha salarial dos metroviários do DF estava emperrada. Com data base em 1 de março e a pauta entregue desde 29 de janeiro, só conseguiram iniciar as negociações depois de muita pressão e ameaçando com greve. Mesmo assim, a empresa só negociou as reivindicações administrativas e não apresentou nem previsão de resposta para as cláusulas sócio-econômicas.

No sábado dia 14 de abril foi realizada uma grande assembléia que aprovou uma greve de 24 horas no dia 19 de abril para pressionar a direção da empresa e o governo do DF a reabrir as negociações.

O Sindicato encaminhou carta a empresa comunicando a decisão e a disposição para negociar um serviço de emergência. Sem acreditar que a categoria realizaria a greve a direção da empresa partiu para a retaliação, retirou as propostas já negociadas e iniciou a contratação dos antigos terceirizados para operar os trens e o CCO, escalou os cargos de confiança para operar as estações e bilheterias e encaminhou pedido à Justiça do Trabalho para declarar a abusividade da greve.

Esta atitude só acirrou os ânimos da categoria que em assembléia, decidiu por unanimidade manter a paralisação, que teve a adesão de 99% dos trabalhadores das estações, tráfego e segurança.

A Justiça do Trabalho, em função do Sindicato ter se predisposto a negociar o esquema de emergência, declarou a greve legal desde que se

garantissem o funcionamento de 30% dos trens. A empresa para não ter que negociar com o Sindicato, mesmo colocando em risco o sistema e os usuários, optou por chamar terceirizados e cargos de confiança para operar o metrô.

A CUT-DF, se solidarizou com os metroviários e conseguiu marcar uma reunião com o Secretário de Transportes, João Alberto Fraga Silva. A reunião que contou com a presença da presidente da CUT DF, Rejane Pitanga, do deputado distrital Chico Leite (PT), do presidente da Fenametro, Wagner Fajardo, do coordenador geral do Sindicato, Solano Trindade, e mais 6 membros da comissão de negociação, chegou a uma proposta que garantiu a retomada das negociações.

Sob gritos de Vitória, Vitória!, e em clima de festa mais de 300 metroviários que se concentraram durante todo o dia na estação Praça do Relógio, aprovaram a proposta que mantém as 45 cláusulas administrativas já negociadas, o pagamento do dia parado e nenhuma punição aos grevistas, a retirada dos terceirizados e pessoas estranhas à operação, negociações com a participação do Secretário de transportes a partir do dia 23 de abril e apresentação da proposta econômica definitiva até o dia 02 de maio.

A diretoria do Sindmetro-DF está confiante e os metroviários estão dispostos a intensificarem a mobilização e caso não cheguem a um acordo até o dia 02 de maio a categoria pode retomar a greve, só que por tempo indeterminado.



Metroviários concentrados na Estação Praça do Relógio

**UNIDADE!**  
ESTA É NOSSA BANDEIRA

# RESOLUÇÕES DA 2ª PLENÁRIA DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS METROVIÁRIOS



*Delegados e delegadas debatem as resoluções nos grupos de trabalho*

## I — CONJUNTURA INTERNACIONAL

**1** - Passados poucos dias da turbulência que sacudiu o mercado financeiro mundial, depois dos rumores de que o governo chinês taxaria os ganhos especulativos da bolsa de Xangai, os propagandistas do neoliberalismo voltaram a falar na emergência de um novo ciclo de crescimento e prosperidade econômica, vendendo a ilusão de que a crise já foi vencida. Marinheiros experimentados, no entanto, sabem que esse tipo de calma é como aquele que por vezes se observa nos oceanos — é prenúncio de tempestade. Certos deslocamentos nas massas de ar sempre trazem tranquilidade aos mares imediatamente antes de o tempo fechar. A onda especulativa recente que se espalhou mundo afora, provocando perdas para os especuladores que atingiram, no auge da turbulência, quase 2 trilhões de dólares, pode voltar a qualquer momento, impulsionada pelos alertas de uma possível recessão nos Estados Unidos.

**2** - A história ensina que crises como essa terão conseqüências duradouras. Se confirmada esta tese, os acontecimentos recentes serão vistos no futuro como o início de uma longa crise — as apostas são de que esta turbulência foi apenas o prenúncio da tempestade. A causa é a natureza da especulação financeira, alimentada por saltos espetaculares de valores que a cada ano superam

cifras impressionantes e assustadoras. Em meados dos anos 90, participar dessa ciranda mundial ainda era uma prática restrita a um punhado de operadores em mercados financeiros de países desenvolvidos. Naquele momento, o giro diário nas bolsas de valores e de commodities do mundo ficava na casa dos 2,5 trilhões de dólares. Em 2004, quando o espírito especulativo já alcançara escala global, o movimento diário estava em 4,3 trilhões. Estima-se que passará de 6 trilhões de dólares neste ano.

## I-I — O CENTRO DA CRISE MUNDIAL

**3** - Neste cenário, merecem destaque os desequilíbrios das contas externas dos Estados Unidos, país imperialista que se tornou o centro mundial da especulação financeira. A principal potência capitalista do sistema acaba de registrar um déficit em conta corrente que bateu, em 2006, um novo recorde, perfazendo 856,7 bilhões de dólares, valor equivalente a 6,5% do PIB e que traduz um crescimento de 8,2% em relação a 2005. A necessidade, e agora a dificuldade, de financiar este rombo externo é uma fonte da recorrente instabilidade do sistema financeiro e monetário internacional e das bruscas oscilações dos fluxos de capital. Como um dos seus efeitos, as taxas de juros norte-americanas voltaram a subir.

**4** - A experiência nos ensina que a elevação das taxas de juros nos Estados Unidos muda o curso do movimento de capitais pelo planeta, estimulando os especuladores a retirar seus recursos da periferia e aplicar em títulos estadunidenses, dificultando a captação e encarecendo o custo do dinheiro para os países mais pobres, além de ampliar a carga das dívidas externas e a instabilidade cambial. Os desequilíbrios externos da economia dos Estados Unidos, e destacadamente o déficit comercial, também vêm provocando o acirramento da concorrência interimperialista pelo controle do planeta. A ofensiva militar estadunidense no Oriente Médio insere-se aí. Em busca de controles das fontes de energia, principalmente o petróleo, o imperialismo não mede a quantidade de sangue derramado em suas ações belicosas. Essa constatação deve ser levada em conta ao analisar a recente passagem de George W. Bush por nossa região.

**5** - Na América Latina, o império mantém o já histórico bloqueio econômico e as represálias com base em leis extraterritoriais à Cuba, eleva as pressões para a implantação de Tratados de Livre Comércio (TLCs) — uma forma mascarada de impor a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) — e reforça sua estratégia de implantar bases militares na região. Mas a

resistência, sobretudo na Venezuela, Bolívia e Equador, adquire formas avançadas de luta, atingindo inclusive o patamar da busca de um novo rumo para seus povos. O descontentamento popular na região reflete-se também na Argentina, no Uruguai, no Chile e na Colômbia (esta última por meio das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc). O clamor por mudanças populares foi mais nítido e forte na Venezuela, que recentemente fez mais um enérgico pronunciamento antineoliberal com a reeleição do presidente Hugo Chávez.

**6** - A soberania nacional é um direito inalienável de qualquer nação. Portanto, é inaceitável a permanência das tropas brasileiras e de outros países no Haiti. Exigimos a saída dessas tropas. É necessário também intensificar a remessa de ajuda humanitária — como alimentos, remédios e recursos para o desenvolvimento soberano daquele país. É igualmente fundamental a solidariedade internacional à organização e à luta dos trabalhadores haitianos.

## II — CONJUNTURA NACIONAL

**7** - No Brasil, a economia dá novos sinais de que a crise é profunda. Perplexo com o comportamento da economia no ano passado, o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva anda vendendo otimismo, prometendo nova fase de desenvolvimento, com drástica redução do desemprego e coisas do gênero. A verdade é que a situação continua crítica, com o nível de desemprego exageradamente alto, e, o que é pior, um extremo grau de dependência e vulnerabilidade externa, que torna implausível qualquer perspectiva de crescimento sustentado da economia. Em boa medida, os dilemas vividos hoje pela nação brasileira resultam dos oito anos de governo FHC, que aqui aplicou com canina fidelidade os preceitos do neoliberalismo. Lamentavelmente, este governo não enfrentou a situação com a coragem que o drama vivido pelo país exige.

**8** - Lula tenta enfrentar a crise com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas são medidas ainda tímidas — que põem em risco direitos dos trabalhadores. Com a manutenção da política de juros altos, como fazer o Brasil engatar um ciclo de expansão da economia de 4% ou 5% ao ano por, digamos, cinco ou seis anos? A equipe econômica do governo Lula, capitaneado pelo presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, ainda parece viciado em não resolver os problemas de verdade. Isso quer dizer que com essa política macroeconômica do governo terá de procrastinar

decisões fundamentais para a aceleração do crescimento. No máximo fará como o morador que só chama o encanador quando aquela solução caseira está a ponto de explodir o cano e levar a parede junto — como ocorreu com a recente operação tapa-buraco para socorrer as estradas brasileiras.

## II-I — DESENVOLVIMENTO NACIONAL

**9** - Conscientes de que a crise não tem solução nos marcos do neoliberalismo, que só pode agravá-la, os sindicalistas orientados por concepções combativas têm a obrigação de ocupar a linha de frente da luta pelo fim imediato dessa política macroeconômica e por um novo modelo de desenvolvimento nacional, que contemple as necessidades e os interesses dos trabalhadores e do povo e aponte para uma solução mais definitiva dos problemas econômicos e sociais. Isso quer dizer, numa expressão, valorização do trabalho. É indispensável que os trabalhadores adquiram a consciência de que só com a superação completa do neoliberalismo estaremos no rumo de um caminho progressista para contornar a encruzilhada histórica em que a elite conservadora conduziu o Brasil.

**10** - Em outra frente, cabe aos trabalhadores a unidade no combate mais efetivo às pretensões neoliberais de eliminar direitos sociais e trabalhistas. Para os conservadores, os trabalhadores do mercado formal, com carteira assinada, os direitos previstos na CLT e na Constituição e as conquistas consagradas nos acordos coletivos, gozam de muitos privilégios. Números catastróficos aparecem todos os dias na “grande imprensa” para “denunciar” o arcaísmo da legislação sindical e trabalhista no Brasil. Teses ideológicas brotam como cogumelos depois da chuva. E tem para todos os gostos. Todas elas procuram justificativa na idéia aparentemente progressista de que é preciso “flexibilizar” as relações de trabalho no Brasil. O argumento mais utilizado é o de que a estrutura que rege as relações trabalhistas faz parte de um modelo que precisa ser urgentemente reformado.

**11** - Temos um exemplo recente: a tentativa de desobrigar os fiscais da Receita Federal e do Ministério do Trabalho de fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista por meio da “Emenda 3”, que despertou justificada reação de todas as centrais sindicais. Mas o assunto não está vencido. Atendendo a reivindicação das centrais sindicais, o presidente Lula vetou a “Emenda 3”, mas o patronato se mobiliza para fazer valer a primeira decisão por meio da derrubada do veto no Congresso Nacional. É um jogo de forças, para o qual os trabalhadores devem ser mobilizados. Cabe principalmente às centrais sindicais manter o debate sobre o assunto na ordem do dia e conclamar o conjunto dos trabalhadores a lutar contra esta medida autoritária, formulada pelos preceitos “ortodoxos” do neoliberalismo.

**12** - Precisamos de mudanças na estrutura sindical, evidentemente. Mas é preciso mudar com o objetivo de melhorar o que temos; não para perder e em muitos aspectos destruir o que já conquistamos. E não seria lógico confiar o sentido dessas mudanças aos inimigos históricos dos trabalhadores: banqueiros, FMI e monopólios privados. Seria como entregar



Delegados e delegadas debatem as resoluções nos grupos de trabalho

o ouro ao bandido — como atesta a recente ofensiva pela restrição ao direito de greve. É preciso levar em conta a correlação de forças entre capital e trabalho ao propor mudanças, por mais justas que sejam. Sabemos que os representantes do capital nos poderes da República são superiores aos representantes do trabalho. A “reforma” elaborada nos laboratórios do FMI, que os representantes do neoliberalismo tentam fazer desde o governo Collor até hoje, não interessa aos trabalhadores.

**13** - Os trabalhadores não podem admitir qualquer tipo de restrição ao seu legítimo direito de greve — uma forma de luta em defesa de suas reivindicações políticas e econômicas. A infeliz guarida dada pelo presidente Lula à idéia do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que tenta vender a necessidade de “regulamentar” e restringir o direito de greve do funcionalismo público e em serviços “essenciais”, alvo dos setores patronais que tentam colocar os trabalhadores sob seu controle e submissão. A Fenametro levanta, como bandeira de primeira ordem, a organização dos trabalhadores em todo o país para uma grande mobilização a fim de construir um sólido combate a essa proposta antidemocrática e inconstitucional.

**14** - A criação da lei das Parcerias Público-Privado (PPP) gera uma nova versão de privatizações de serviços e transfere recursos públicos para a iniciativa privada. Por isso, a Fenametro se posiciona contra a lei das PPPs e se coloca na luta contra qualquer PPP que venha a ser criada, seguindo o exemplo dos metroviários de São Paulo que lutam contra a PPP da Linha Amarela.

## II-II — A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

**15** - Estudos promovidos por especialistas da ONU sugerem a redução da jornada como o meio mais eficaz de enfrentar o desemprego, sem dúvida o problema número um das sociedades contemporâneas. A instituição da semana de 35 horas na França, conquista histórica dos trabalhadores, é também apontada como a principal causa do recuo do nível de desemprego registrado naquele país. Trata-se de uma verdade matemática elementar: uma vez que se reduz a jornada de trabalho, permanecendo inalterada a produtividade, é indispensável ampliar o número de pessoas empregadas para manter o mesmo nível de produção ou produzir a mesma quantidade de bens para consumo ou

meios de produção (máquinas, equipamentos etc.).

**16** - Uma solução deste gênero, entretanto, não se coaduna com os interesses dos capitalistas, que a ela opõem feroz resistência. Evidentemente, nada disto interessa ao capital. Desde o século XIX, quando surgiram (na Inglaterra) as primeiras normas legais restringindo a jornada de trabalho (que então chegavam a 16 e até 18 horas diárias), a redução da jornada cobrou muito sangue e luta. Não foi à toa que Karl Marx interpretou a lei que instituiu a jornada de 10 horas diárias na Inglaterra, em 1848, como o resultado de uma guerra civil já então secular entre capital e trabalho. Exigir a redução da jornada para combater o desemprego: eis um grande desafio para o movimento sindical nos dias atuais.

**17** - No nosso caso, a luta para aprovar o projeto de lei apresentado pelo deputado federal Jamil Murad (PCdoB-SP) na legislatura passada e que agora foi reapresentado pelo deputado federal Edmilson Valentim (PCdoB-RJ) será uma grande conquista na busca da regulamentação da jornada de trabalho da categoria nacionalmente. É necessário, no entanto, que a lei a ser aprovada, garanta a manutenção de todas as reduções de jornada conquistadas pelos metroviários nos estados.

## II-III — A “REFORMA” DA PREVIDÊNCIA

**18** - A barulhenta propaganda da mídia e do governo a favor de mais uma rodada da “reforma” da Previdência não é capaz de resistir a um mínimo de análise quando se trata de dissecar as origens do decantado “rombo” do sistema de aposentadoria no Brasil. O que os conservadores querem é achatar ainda mais os benefícios, aumentar o tempo de contribuição e ceifar direitos adquiridos. Não são poucas as análises que mostram que o “rombo” é mais uma jogada de marketing dos neoliberais para atacar os direitos dos trabalhadores. Na verdade, além das falácias habituais, o que há são confiscos de recursos que deveriam ser destinados à Previdência, desviados para a ciranda financeira internacional.

**19** - Com o confisco de recursos e o achatamento de benefícios, o sistema impele os trabalhadores a contribuir com fundos de previdência privada, um grande filé mignon que tem atraído para o país vários gigantes do setor e que já mereceu projetos de lei para estabelecer

“regras claras” e dar tranquilidade aos “operadores de mercado”. São dois grandes objetivos envolvidos nesse processo de “reformas”: o primeiro é desobrigar o Estado cada vez mais com a Previdência Social, asfixiar a previdência pública e abrir espaço para as grandes empresas de previdência privada, representadas pelas instituições financeiras; o segundo é aumentar o volume da poupança previdenciária e dispor esse enorme volume de recursos para financiar atividades que, no final do processo, se voltam contra os trabalhadores, formadores principais dessa poupança. Neste sentido, a Fenametro se posiciona contra a qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores, tanto os atuais como os futuros segurados.

## II-IV — AS LUTAS NO CAMPO

**20** - Outro grave problema brasileiro é o quadro camponês paupérrimo, que poderia ser radicalmente alterado ao custo de umas poucas leis e diretrizes administrativas. No Brasil, o agrogócio, modelo capitalista, concentrador de terras, não gera novos empregos, destruindo a agricultura familiar, expulsando o camponês de sua terra e precarizando o trabalho, chegando ao ponto de nos canaviais paulistas termos casos de trabalhadores que morreram por excesso de trabalho. Evidentemente, para essa alteração seria necessário que o governo promovesse uma efetiva reforma agrária. É fundamental que o Brasil democrático vá até os latifúndios e troque de lugar com os muitos fora-da-lei que hoje dominam vastas regiões improdutivas. Aos aventureiros sem escrúpulos, que se estabeleceram em terras devolutas e se sentem em terra de ninguém caberia aplicar uma receita básica: rua, lei e cadeia.

**21** - Mas nada se fará enquanto essa idéia não for um posicionamento nacional claro e indiscutível. Esse é o problema. Para essa questão, é necessário considerar que tão importante quanto a vontade política do governo para alterar esse cenário é a visão dominante que o Brasil tem sobre o campo. A ideologia feudal sobre a nossa estrutura fundiária vê atitudes como as do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) como crimes. Para ela, uma organização que abarca um grande número de pessoas com um enorme potencial de luta num ponto nevrálgico da vida nacional é uma inconveniência intolerável. A história brasileira é pródiga em exemplos de repressão às organizações que tentaram mudar as regras desse jogo feudal.

## II-V — O COMBATE AO NEOLIBERALISMO

**22** - Os problemas brasileiros históricos se agravaram com o neoliberalismo — um sistema que para ser combatido são necessárias duas frentes de trabalho inter-relacionadas. Uma é a luta de idéias, reforçando a tendência revolucionária e progressista; e a outra é a mobilização dos movimentos sociais, sobretudo os que atuam nas camadas trabalhadoras. Cada uma dessas frentes tem as suas singularidades, mas é errado concebê-las separadamente. O neoliberalismo é um sistema mundial que precisa ser compreendido em toda a sua dimensão para que se possa desenvolver a nova luta pelo socialismo — um desafio universal. E o principal ponto é o domínio das leis do capitalismo dos dias atuais.

**23** - Em síntese: a luta contra o neoliberalismo deve abrir caminho para a superação do sistema capitalista e apontar para a criação de um outro sistema social, o socialismo. Afinal, o neoliberalismo é a resposta do capital à crise estrutural do seu próprio modo de produção — com queda nas taxas de crescimento, parasitismo financeiro, desemprego em massa, colapsos econômicos recorrentes etc. Não há soluções intermediárias. Ficar a meio caminho, preconizando uma falsa saída “moderada”, leva a cair num neoliberalismo mitigado, com medidas compensatórias cosméticas e de pouca duração. A solução definitiva para a crise, com seu arsenal de contradições políticas e sociais, só será possível com a superação completa do neoliberalismo.

### III — CONTRA O PROCESSO DE ESTADUALIZAÇÃO DA CBTU E TRENSURB E AS PPPS

**24** - Desde o governo FHC, os metroviários do Recife, de Belo Horizonte e de Porto Alegre lutam contra as políticas privatistas. No caso da CBTU, a política dos tucanos era a de promover a estadualização dos sistemas com data marcada para sua privatização. A Fenametro, junto com os sindicatos e também por meio da representação no Conselho de Administração da CBTU, promoveu vários debates sobre o tema nos Estados, em conjunto com os ferroviários de Salvador, Natal, Maceió, João Pessoa e Rio de Janeiro.

**25** - No entanto, o processo de regionalização teve continuidade e, mesmo não promovendo a privatização, no processo de municipalização da Superintendência da CBTU de Salvador não foi garantido a sustentabilidade do sistema de trem urbano. Se não for aportado recurso extraordinário, o trem pode ser condenado à extinção. Nesse sentido, está sendo retomado, pelo governo Lula, o processo de regionalização dos metrô do Recife, de Belo Horizonte e de Porto Alegre. Os metroviários brasileiros, por meio da Fenametro e de seus sindicatos, não aceitarão este processo porque, com a incapacidade de sustentabilidade por parte dos Estados, ele conduzirá inevitavelmente à privatização dos sistemas. Toda a força contra a Estadualização dos metrô do Recife, de Belo Horizonte e de Porto Alegre! Contra a regionalização dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió!

### IV — BALANÇO DA FENAMETRO

**26** - Seguindo as resoluções aprovadas no Congresso a Fenametro participou das jornadas e lutas travadas contra as tentativas de desestabilização e destituição do presidente Lula. Essa luta se intensificou durante o ano de 2006 e no mês de agosto a Fenametro, em seu jornal Metroviários do Brasil, se posicionou claramente contra a candidatura da direita neoliberal e recomendou aos metroviários o repúdio à Geraldo Alckmin. No segundo turno, a batalha se intensificou e a direção da Fenametro decidiu se posicionar claramente a favor da reeleição do presidente Lula, condenando o retrocesso representado pelo PSDB/PFL.

**27** - Foi realizado no mês de agosto de 2006 o seminário anual do Conselho Diretivo da Fenametro, que debateu e aprovou a realização do 2º Encontro Nacional da Mulheres Metroviários, realizado nos dois dias que

antecederam à Plenária Nacional. O seminário também aprovou a realização dos dois debates específicos que fizeram parte da programação da Plenária Nacional: segurança operacional e aposentadoria.

**28** - Em função da passagem dos 25 anos de vida dos Sindicatos dos Metroviários de São Paulo e Rio de Janeiro, a Fenametro apresentou um projeto cultural no Ministério da Cultura, com o objetivo de garantir recursos por meio da Lei Roanet. O projeto previa a edição de dois livros com a história dos sindicatos, além de outras atividades culturais. No final do ano passado, no entanto, o Ministério da Cultura (Minc) indeferiu o pedido. A Fenametro apresentou recurso e aguarda a posição final do Minc. Caso se confirme a posição do Ministério da Cultura, a direção executiva da Fenametro tentará viabilizar a captação de recursos com os sindicatos e a Confederação no sentido de pelo menos viabilizar a edição dos livros com a história das entidades.

**29** - O Conselho Fiscal, além de realizar uma reunião preliminar no seminário de agosto de 2006, também realizou uma reunião no mês de novembro em São Paulo, que analisou e aprovou o balanço financeiro e contábil da Fenametro desde o 2º Congresso até aquela data.

### IV - I — CONFERÊNCIA DAS CIDADES

**30** - Em novembro de 2005, a Fenametro mobilizou os sindicatos e teve uma participação importante na 2ª Conferência Nacional das Cidades, garantindo a eleição de um conselheiro efetivo no Conselho Nacional das Cidades, que hoje é ocupada pelo vice-presidente da Fenametro, Edgard Coelho Vaz. Essa participação nos debates sobre os rumos dos transportes urbanos em nosso país, permitindo um protagonismo nesta frente em várias capitais.

### IV - II — REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CBTU

**31** - Outro fórum importante que tem ajudado a Fenametro nos embates contra o processo de desmonte e precarização dos sistemas de transporte sobre trilhos é a representação no Conselho de Administração da CBTU. Com um posicionamento muito claro em defesa dos trabalhadores da empresa e da manutenção da gestão federal nos sistemas de trens e metrô da CBTU, desencadeamos uma luta política e jurídica contra o processo de municipalização da Superintendência de Trens Urbanos de Salvador. Em parceria com o Sindferro-BA, o conselheiro Wagner Fajardo, presidente da Fenametro, ingressou com processo no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que concedeu uma liminar, mas que foi cassada logo em seguida.

**32** - No entanto, recorremos a outras instâncias e hoje está comprovado que a tese dos trabalhadores contra a municipalização estava correta, pois os recursos direcionados pelo governo federal não foram suficientes para garantir o custeio nem a modernização do sistema ferroviário, muito menos a conclusão do metrô de Salvador. Desde o início do mandato do conselheiro indicado pela Fenametro, foram feitas várias tentativas de se aprovar a eleição desta representação nos estatutos da empresa.

No entanto, somente no último mês de janeiro foi aprovada no Conselho de Administração a proposição de alteração nos estatutos da CBTU prevendo a indicação pelos trabalhadores, por meio de eleição, de uma lista tríplice para a escolha pelo Ministro das Cidades de um conselheiro eleito para o Conselho de Administração.

### IV - III — PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA JORNADA DE TRABALHO

**33** - Um dos principais desafios que se apresentaram foi o da busca pela agilização da aprovação do Projeto de Lei do deputado federal Jamil Murad, que regulamenta a jornada de trabalho dos metroviários e demais trabalhadores de transporte urbano sobre trilhos. Este objetivo foi prejudicado pelo demora de quase um ano na tramitação na Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados. Quando finalmente foi aprovada, já estávamos em pleno processo eleitoral e as sessões na Câmara dos Deputados já estavam bem escassas.

**34** - Ainda assim, o projeto chegou à Comissão de Trabalho no dia 31 de outubro e conseguimos que o deputado Carlos Santana (PT-RJ) fosse indicado relator. Por indicação dos metroviários de São Paulo, considerando que a PPP da linha 4 – Amarela prevê a possibilidade dos trens poderem ser operados automaticamente e as estações funcionarem com apenas um funcionário, solicitamos ao relator a inclusão de uma emenda que proíbe o funcionamento de trens sem operadores e que seja garantido um número mínimo de funcionários nas estações e segurança dos sistemas. Mesmo tramitando rapidamente e conseguindo aprovar o projeto da Comissão de Trabalho em sua última reunião do ano de 2006, não foi possível aprová-lo na Comissão de Constituição e Justiça, o que levou ao seu arquivamento devido o fim da legislatura.

**35** - A pedido de Jamil Murad, o deputado federal Edmilson Valentim reapresentou o Projeto no dia 15 de fevereiro, já incorporando todas as emendas aprovadas na tramitação anterior. O relator já foi indicado na Comissão de Viação e Transporte e, vencido o prazo de emendas, o projeto aguarda o parecer do relator a fim de ser agendado para a votação.

**36** - É necessário lutar para que sua tramitação seja rápida na Câmara dos Deputados, no sentido de garantir seu encaminhamento para o Senado Federal, de tal forma que possamos implementar as jornadas de trabalhos, ainda neste ano de 2007, com as emendas necessárias, visando atender a totalidade da categoria metroviária.

### IV - IV — CAMPANHAS SALARIAIS

**37** - A campanha salarial realizada em 2006 teve a participação ativa de toda a direção da Fenametro. Nas campanhas dos metroviários do Recife e de Belo Horizonte, que têm característica nacional, pois envolve 7 sindicatos, a Fenametro participou desde a elaboração da pauta de reivindicações até o fechamento do acordo no TST.

### IV - V — A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO E AS TERCEIRIZAÇÕES

**38** - A Fenametro vem reforçando a orientação aos sindicatos para contestarem judicialmente as empresas que tem ampliado o processo de terceirização. Mas nada substitui a luta da ca-

tegoria, a exemplo do ocorrido em São Paulo, que realizou uma greve de 24 horas contra a privatização da linha 4, e no Rio Grande do Sul, que conseguiu impedir a implementação da terceirização das bilheterias.

**39** - A diretoria da Fenametro tem atuado nos sindicatos, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, em ações conjuntas das entidades, tanto juridicamente como em ações políticas. Como podemos constatar nas seguintes situações:

- a)** Denúncia na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) de irregularidades no processo de transferência do controle acionário da Opportrans;
- b)** Participação ativa na denúncia das terceirizações nos metrô de Brasília, de Belo Horizonte, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, e na luta contra a privatização da linha 4 do metrô paulista;
- c)** A Fenametro e o sindicato de São Paulo tiveram atuação importante na denúncia das irregularidades nas obras da Linha 4 – Amarela, principalmente após a ocorrência do acidente na estação Pinheiros.

### V — PLANO DE LUTAS DA FENAMETRO

#### 40 – INTERNACIONAL

- a)** Contra a guerra imperialista e pela retirada das tropas estadunidenses do Iraque e Afeganistão;
- b)** Fora, Bush, da América Latina;
- c)** Pela retirada das tropas brasileiras e de outros países do Haiti;
- d)** Solidariedade aos processos de luta dos povos na Venezuela, Bolívia e Equador;
- e)** Contra o bloqueio econômico à Cuba

#### 41 – NACIONAL

- a)** Contra a política econômica do governo federal;
- b)** Defesa do direito irrestrito de greve para todos os trabalhadores;
- c)** Contra a “reforma” da Previdência Social e as medidas que restringem os benefícios e o atendimento dos segurados (Alta programada, fator previdenciário, mudanças dos critérios para a concessão do auxílio doença);
- d)** Pelo fim do aumento diferenciado dos aposentados e por critérios para a concessão do auxílio doença;
- e)** Contra as privatizações e as Parcerias Público-Privada (PPPs);
- f)** Contra a “Emenda 3” da Super-Receita;
- g)** Contra qualquer “reforma” ou proposta de retirada de direitos trabalhistas;
- h)** Pela redução da jornada de trabalho;
- i)** Pela ratificação da convenção 158 da OIT;
- j)** Pela anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce;
- l)** Pela reestatização das empresas privatizadas;
- m)** Pelo fim dos leilões das reservas de petróleo;
- n)** Pelo transporte metro-ferroviário público, estatal, de qualidade e acessível aos trabalhadores;
- o)** Pela recuperação do valor que as aposentadorias tinham, em salário mínimo, quando da sua concessão;
- p)** Contra a política governamental de apoio ao agronegócio e pela reforma agrária;



**Delegados e delegadas debatem as resoluções nos grupos de trabalho**

#### 42- ESPECÍFICAS DA CATEGORIA

- a) Contra a PPP da Linha 4 de São Paulo;
- b) Que seja realizado um debate para discutir as necessidades dos companheiros do setor de manutenção e setor de operação de trem, primeiro sendo na esfera estadual e posteriormente na esfera nacional e na Federação;
- c) Contra a estadualização dos metrô do Recife, de Belo Horizonte e de Porto Alegre e contra a privatização do metrô de Brasília;
- d) Pela aprovação do Projeto de Lei de autoria do deputado federal Jamil Murad de regulamentação da jornada de trabalho dos metroviários;
- e) Contra as terceirizações e pela contratação de pessoal por concurso público para a recomposição de quadro;
- f) Pelo fim das perseguições e demissões de dirigentes sindicais e representantes da categoria;
- g) Pela unificação das condições de trabalho dos metroviários em todo o país;
- h) Pela unificação da denominação e atividades dos cargos e salários em âmbito nacional;
- i) Participação nos fóruns nacionais relacionados com a segurança e saúde do trabalhador;
- j) Acionar judicialmente a CBTU no Ministério Público do Trabalho pelo cumprimento das cláusulas do contrato de cisão que são inerentes ao interesse dos trabalhadores do metrô de Fortaleza;
- k) Pela discussão da ampliação e implementação de planos de previdência complementar para os metroviários;
- l) Por um 1º de Maio de lutas (sem festas), convocando todos os trabalhadores a se manifestarem contra a retirada de direitos por meio das "reformas";
- m) Pela anulação da concessão pública do metrô do Rio de Janeiro;
- n) Contra o assédio moral.

#### VI - ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA

- a) Elaboração de um mapeamento epidemiológico das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho relacionados com as atividades do trabalho metroviário;

- b) Que seja realizado um debate para discutir as necessidades dos companheiros do setor de manutenção e setor de operação de trem, primeiro sendo na esfera estadual e posteriormente na esfera nacional e na Federação;
- c) Elaboração do perfil de adoecimento e reconhecimento do nexa epidemiológico;
- d) Pela realização de um seminário nacional da segurança metroviária, previsto para o segundo semestre, precedido de seminários nos Estados;
- e) Organizar e realizar um debate nacional sobre as condições de trabalho dos operadores de trem, pilotos e maquinistas;
- f) Realizar o 1º Seminário Nacional da Fenametro sobre a discriminação racial;
- g) Elaborar uma sala de debates na Internet para a troca de experiências entre os metroviários brasileiros;
- h) Buscar viabilizar um convênio com um escritório de advocacia em Brasília para acompanhar os processos da categoria mediante um rateio entre a Fenametro e os sindicatos.

#### VII - A FENAMETRO ADOTARÁ O SEGUINTE CALENDÁRIO GERAL:

- a) Dia 04 de abril: plenária nacional pela manutenção do veto à "Emenda 3";
- b) Dia 17 de abril: atos nas capitais (campanha salarial dos servidores federais e paralisações nas universidades estaduais paulistas);
- c) Semana de 17 de abril: "Abril Vermelho", promovido pelo MST e a Via Campesina, contra a violência no campo e em defesa da reforma agrária;
- d) Abril indígena: dia 25 de abril: Dia Nacional de Luta pela Educação; dia 28 de abril: Dia Internacional em Memória dos Trabalhadores Vítima dos Acidentes do Trabalho e das Doenças Ocupacionais;
- e) 1º de Maio: manifestações classistas no Dia Internacional dos Trabalhadores;
- f) Dia 13 de maio: atividades e panfletagens no Dia Nacional de Denúncia ao Racismo;
- g) Semana da pátria: plebiscito nacional pela anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce;
- h) Dia 20 de novembro: atos e atividades em ho-

menagem ao Dia Nacional da Consciência Negra e a João Cândido, líder da "Revolta da Chibata"

#### VIII - METROVIÁRIOS APROVAM SÉRIE DE MOÇÕES

##### Moção de apoio à greve dos controladores de voo

Os delegados e delegadas da 2ª Plenária Nacional dos Metroviários manifestam seu total apoio à greve realizada pelos controladores de voo no dia 30 de março em Brasília, bem como às suas reivindicações de melhores condições de trabalho e pela desmilitarização da aviação civil em nosso país.

Jacareí, 1º de abril de 2007

##### Moção de repúdio à estadualização da CBTU de Fortaleza

Os delegados e delegadas da 2ª Plenária Nacional dos Metroviários manifestam seu repúdio ao processo de estadualização da CBTU de Fortaleza, realizado pelo governo FHC, por entender que a criação do Metrofor e o modelo adotado para a regionalização não estão garantindo os direitos dos trabalhadores e só sucateou ainda mais o sistema de trens urbanos de Fortaleza.

A 2ª Plenária defende o imediato retorno do sistema de trens e do futuro metrô cearense para o controle acionário do governo federal.

Jacareí, 1º de abril de 2007

##### Moção de repúdio à demissão de diretores do Sindicato no Rio de Janeiro

Os metroviários e metroviárias brasileiros, reunidos em sua 2ª Plenária Nacional entre os dias 30 de março e 1º de abril, manifestam por unanimidade seu repúdio às demissões dos diretores Joaz Paim Barbosa e João Fernandes Correa.

A demissão é uma clara retaliação da concessionária do Metrô carioca, Opportrans, que não admite que o sindicato e seus diretores questionem publicamente os posicionamentos da empresa. Exigimos a imediata reintegração dos diretores em respeito à liberdade e autonomia sindical! Não á perseguição de dirigentes sindicais!

Jacareí, 1º de abril de 2007

##### Moção de repúdio à ameaça de demissão em Brasília

Os metroviários e metroviárias brasileiros, reunidos em sua 2ª Plenária Nacional entre os dias 30 de março e 1º de abril, manifestam por unanimidade seu repúdio à ameaça de demissão por justa causa que pesa sobre o coordenador-geral do Sindicato dos Metroviários do Distrito Federal, o Inspetor de Tráfego Solano Teodoro da Trindade. Na compreensão da Federação Nacional dos Metroviários e dos delegados e delegadas presentes à Plenária, somente esta ameaça já caracteriza uma perseguição política, uma vez que os trabalhadores estão se mobilizando por seus direitos durante a campanha salarial e o dirigente sindical Solano está entre os principais líderes desta mobilização. Pela imediata suspensão deste processo disciplinar! Pela liberdade e autonomia sindical!

Jacareí, 1º de abril de 2007

##### Moção de repúdio a concessão do Selo Diversidade no Trabalho para a Cia. do Metrô de SP

Os delegados e delegadas da 2ª Plenária Nacional dos Metroviários, reunidos em Jacareí de 30 de março a 1º de março, repudiam a atitude da prefeitura da cidade de São Paulo, que conferiu à Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) o Selo Diversidade no Trabalho, marca conferida a empresas, associações civis e entidades públicas engajadas no combate a todos os tipos de discriminação e na promoção da diversidade no ambiente de trabalho.

Os trabalhadores e trabalhadoras do Metrô paulista não reconhecem como legítimo a concessão desta premiação, pois há anos o sindicato, tanto nas negociações salariais como no dia-a-dia, reivindica um tratamento adequado às intolerâncias e discriminações a que são submetidas negros e negras, mulheres e homossexuais, sem que seja adotada uma política, principalmente nos níveis de comando da empresa, de combate efetivo a estas intolerâncias e discriminações.

Jacareí, 1º de abril de 2007

##### Moção de Repúdio às demissões no metrô do Recife

Os delegados e delegadas da 2ª Plenária Nacional dos Metroviários, repudiam a demissão das metroviárias Ninah Ângela Lima Castro e Nakeida Ramos Costa Pessoa, que conquistaram judicialmente sua reintegração garantida na lei 8878/94.

A Plenária exige a imediata reversão deste processo e condena atitudes arbitrarias das chefias da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que promoveram esta arbitrariedade e desrespeito às metroviárias.

Jacareí, 1º de abril de 2007

##### Moção de Repúdio às demissões em Porto Alegre

Os delegados e delegadas da 2ª Plenária Nacional dos Metroviários, repudiam a atitude da Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.) de promover demissões imotivadas de metroviários e metroviárias, que no nosso entender tem a clara intenção de promover o desmonte das áreas de Estação e Segurança Operacional do metrô gaúcho.

Jacareí, 1º de abril de 2007

##### Moção de Repúdio à demissão de diretor sindical na Volkswagen

Os delegados e delegadas da 2ª Plenária Nacional dos Metroviários manifestam seu repúdio à Volkswagen do Brasil que, numa atitude arbitrária, demitiu em São Bernardo do Campo, o diretor do sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rogério Cerqueira Romancini.

A demissão é um claro sinal do descomprometimento da empresa com sua função social em prol do lucro puro e simples. A demissão de dirigentes sindicais, por sua vez, é um duro ataque ao direito de organização sindical dos trabalhadores.

Jacareí, 1º de abril de 2007

# Plenária debate situação crítica da segurança nos metrô



Representantes de todos os estados na mesa sobre segurança

**D**urante a 2ª Plenária Nacional dos Metroviários, pela primeira, realizou-se um debate específico sobre a segurança nos metrô brasileiros. E o retrato

das empresas que obrigam esses profissionais a ter uma atuação além do que determina a lei — em síntese, a preservação do patrimônio, a comodidade dos usuários,

apresentado pelos delegados desse setor é praticamente igual em todos os Estados. O problema básico é a distorção da função, decorrente da exigência

a preservação da higiene e a manutenção da ordem. E para impor a distorção, as empresas adotam métodos truculentos, determinando uma verdadeira mordida aos funcionários do setor. Qualquer manifestação de discordância é prontamente punida.

Os delegados do setor também foram unânimes ao constatar a degradação das condições de trabalho. Em São Paulo, por exemplo, a empresa, acionada pelo sindicato, chegou a ser multada pela Justiça do Trabalho por conta das péssimas condições dos alojamentos. Em outros Estados, não há sanitários femininos. A falta de alguns equipamentos e o prazo de validade vencido de outros também foi uma constatação comum. Outra questão apontada é o desrespeito a que os profissionais do setor são submetidos quando encaminham ocorrência para outros órgãos

públicos. É comum o indiciamento de metroviários por delegados que não respeitam as determinações legais para o funcionamento do setor.

Com a finalidade de aprofundar esses assuntos, o debate indicou — e a Plenária aprovou — a realização de encontros nos Estados — ou seminários regionais —, como preparação para um grande encontro nacional a ser organizado pela Fenametro. Nestes encontros regionais, as discussões serão realizadas em torno dos assuntos pautados na plenária. Entre eles estão questões como a luta pela periculosidade; o aumento do número dos efetivos masculino e feminino; o nexos epidemiológico; a aposentadoria especial por trabalho policial; a melhoria dos equipamentos e instalações; e mais consultas aos ministérios públicos sobre os problemas do setor.

## ORGANIZAÇÃO

### Plenária debate situação dos aposentados

Durante a 2ª Plenária Nacional dos Metroviários, um debate, organizado pela Secretaria de Políticas para Aposentados da Fenametro, promoveu denúncias e aprovou uma série de questões comuns em todo o país. A primeira delas é a necessidade de os sindicatos criarem e manterem secretarias específicas para este segmento da categoria. A segunda questão, foi a de organizar formas de luta para enfrentar efetivamente as políticas praticadas pelo INSS no que diz respeito à saúde e benefícios dos trabalhadores.

A possibilidade de mais uma rodada da “reforma” da Previdência Social também mereceu atenção. Para os aposentados metroviários, se ela se efetivar certamente tantos os trabalhadores da ativa quanto os aposentados perderão direitos. Para iniciar essa luta, decidiu-se que os sindicatos de todos os Estados devem se posicionar

a respeito desta “reforma”.

Segundo os participantes do evento, a política de redução dos benefícios do INSS estimula a criação dos fundos de previdência privada — longe do alcance dos trabalhadores e muito mais ainda dos aposentados para a garantia de benefícios justos. Por isso, os trabalhadores devem exigir do INSS a manutenção de correlação de benefícios aos salários.

Quanto aos planos de saúde, o seminário concluiu que a não garantia de permanência ou inclusão dos aposentados nesses planos requer por parte dos sindicatos e da Fenametro acompanhamento e fiscalização. A Plenária decidiu que a Fenametro, apesar das complexidades dos temas e das situações diferenciadas dos sindicatos, deve perseguir essas bandeiras por meio de uma organização nacional.

## PROTESTO

### Metroviários cariocas na luta pela reintegração de diretores do Sindicato

**A** Opportrans, concessionária privada que opera o metrô carioca e é gerida pelo Citibank, resolveu partir para a guerra. Descumprindo a lei, às vésperas da data base, a empresa demitiu, sem motivo algum, dois dirigentes sindicais — repetindo o que fez no ano passado quando demitira outro dirigente sindical. (Este já obteve vitória na justiça, o que logo deve acontecer também com os dois demitidos agora.)

No dia 10 de abril, quando Lula visitou o Rio de Janeiro, os metroviários fizeram uma grande manifestação contra a concessionária Opportrans. Como a comitiva do presidente utilizaria o

sistema metroviário com o intuito de dar início às obras de expansão da Linha 1 em direção a Ipanema, militantes sindicais se posicionaram na porta da estação Central com faixas e cartazes. Eles distribuíram uma carta, endereçada a Lula, à população mostrando a real face da Opportrans.

O presidente, quebrando o protocolo, deixou de lado a segurança — e o presidente da concessionária com a mão esticada para cumprimentá-lo — e se dirigiu aos manifestantes, ocasião em que recebeu uma cópia da carta. Vários parlamentares que acompanhavam a comitiva se mostraram solidários à luta da categoria.



Mesa com representantes dos estados

## LUTAS

# São Paulo pára contra a “Emenda 3”

A 2ª Plenária Nacional dos Metroviários reforçou o apoio à luta comandada pelas centrais sindicais que se uniram para evitar um tremendo retrocesso nas relações trabalhistas: a tentativa do patronato de derrubar o veto do presidente Lula à “Emenda 3”. Trata-se de uma medida que impediria os fiscais do Trabalho e da Previdência de multar empresas que adotam a relação de prestação de serviços, ao invés de registrarem seus profissionais — os PJs, ou seja, Pessoas Jurídicas.

Os metroviários paulistas em conjunto com os motoristas e cobradores de ônibus da capital atenderam ao chamamento da CUT e de todas as outras centrais sindicais,

e decidiram paralisar suas atividades por duas horas na segunda-feira, dia 23 de abril.

A paralisação parou a cidade nas primeiras horas da manhã e conseguiu chamar a atenção dos trabalhadores sobre os riscos da derrubada do veto do presidente Lula à emenda 3. Os metroviários repudiam também qualquer tentativa de se editar um novo projeto de lei, que introduza os mecanismos de flexibilização e extinção dos direitos trabalhistas.



## MAIS LUTAS

## Fenametro repudia regionalização e privatização em Porto Alegre

Fenametro participou, nos dias 26 e 27 de março, do seminário promovido pela CBTU e Trensurb que debateu as perspectivas do transporte urbano na região metropolitana de Porto Alegre e a situação do transporte sobre trilhos no país. A mesa mais polêmica foi a que apresentou a proposta da PPP na linha 4 do metrô de São Paulo. O gerente de custos da empresa paulista e coordenador das obras, José Carlos Baptista do Nascimento, apresentou o processo como se fosse o melhor negócio já realizado pelo setor público — sem relatar as verdadeiras armadilhas que este processo de privatização significa para a população e os trabalhadores metroviários.

O presidente da Fenametro, Wagner Fajardo, protestou e denunciou o que chamou de “verdadeiro crime contra o patrimônio público”. Segundo ele, pelo processo o Estado entra com 85% dos investimentos e o concessionário “paga”, com recursos financiados e parcelados, apenas 15%. Fajardo e os dirigentes da Fenametro no Rio Grande do Sul — Shuster, Eliezar e Marlei — entregaram aos presentes uma nota à imprensa, intitulada “Mais uma tragédia na privatização da Linha 4 – Amarela”, em que a Federação e o sindicato de São Paulo denunciam a nova proposta de empréstimo externo de US\$ 450 milhões que o governador de São Paulo, José Serra, encaminhou à Assembléia

Legislativa, para as mesmas obras.

No debate do seminário, em que se abordou “As soluções integradas para o transporte público”, Fajardo, que também compôs a mesa, apresentou a posição da categoria de repúdio ao modelo de privatização que está sendo implementado em São Paulo. Ele disse que os metroviários repudiam também as intenções de setores do governo federal que pretendem estadualizar os metrôs de Porto Alegre, do Recife e de Belo Horizonte.

Para Fajardo, o governo federal, ao não garantir os subsídios que hoje mantêm esses metrôs e ao transferi-los para os Estados, está condenando os sistemas ao sucateamento e à privatização. O presidente da Fenametro alertou que as experiências recentes de regionalização de Fortaleza, no final do governo FHC, e a de Salvador, realizada no governo Lula, demonstram os prejuízos para a população e para os trabalhadores que este processo produz.

## EXPEDIENTE

Jornal METROVIÁRIOS DO BRASIL é uma publicação da Fenametro - Federação Nacional dos Metroviários.

Rua Serra do Japi, 31 - São Paulo - SP - CEP 03309-000 - Fone: (11) 6195-3605

Diretoria Executiva: Presidente: Wagner Fajardo - SP; Vice-presidente: Edgard - RJ; Secretário Geral: Schuster - RS; Tesoureiro: Raimundo - SP;

1º Tesoureiro: Onofre - SP; Imprensa: Ronaldo - RJ; Saúde: Cirano - PE; Pol. Sind.: Innocência - PE; Formação: Cassiano - DF; Tecnologia:

Anchieta - CE; Mulher: Ivânia - SP; Ass. Discr. Racial: Rosa - SP; Rel. Intersind.: Alda - MG; Ass. Aposentadoria: Eliezar - RS; Jornalista

Responsável: Osvaldo Bertolino, MTB: 33472. Reportagem do Encarte: Viviane Barbosa. Criação e Diagramação: Andocides Bezerra.

Página na Internet: [www.fenametro.org.br](http://www.fenametro.org.br). E-mail: [fenametro@fenametro.org.br](mailto:fenametro@fenametro.org.br).